

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA – MG

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANALICE DA SILVA DINIZ BALTAZAR

SABRINA VIEIRA COELHO PINTO

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO SOMBRA E
ÁGUA FRESCA DA FUNDAÇÃO METODISTA DE AÇÃO CULTURAL
E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARATINGA-MG**

CARATINGA

2017

ANALICE DA SILVA DINIZ BALTAZAR
SABRINA VIEIRA COELHO PINTO

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO SOMBRA E
ÁGUA FRESCA DA FUNDAÇÃO METODISTA DE AÇÃO CULTURAL
E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARATINGA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas
de Caratinga, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Seminário de TCC II

Orientadora: Prof.^a Renata de Souza Ribeiro Paiva

CARATINGA

2017



Sociedade Presbiteriana de Educação e Pesquisa

FIC – Faculdades Integradas de Caratinga

Curso: Serviço Social

FOLHA DE APROVAÇÃO

O trabalho de conclusão de curso intitulado: **O Trabalho do Assistente Social no Projeto Sombra e Água Fresca da Fundação Metodista de Ação Cultural e Social do Município de Caratinga-MG.**

Elaborado pelas alunas:

Analice Da Silva Diniz Baltazar

Sabrina Vieira Coelho Pinto

Foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita ao curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga – FIC, como requisito parcial da obtenção do título de **BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL.**

Caratinga, 12 de dezembro de 2017.

Orientador

Examinador 1

Examinador 2

Dedico a todos os meus professores ao longo destes quatro anos uma admiração respeito e carinho, um agradecimento de muita paciência, pela partilha de conhecimentos, pelos ensinamentos para a vida. A vocês meus eternos agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus que me permitiu chegar até aqui, ao longo de minha vida que iluminou e continua iluminando meu caminho. Minha vida sem ele nada seria, pois ele que tem marcado minhas realizações diárias. Deus se faz presente a todo momento em minha vida. Eu só tenho a glorificar teu santo nome meu pai, pois o senhor continua me dando força para vencer os obstáculos.

Chego aqui com uma sensação de vitória e sonho realizado, por isso ao término dessa jornada agradeço a todos aqueles que em mim acreditaram e por isso fizeram diferença em meu caminho, que sempre me incentivaram e colaboraram em minha trajetória.

Ao meu pai Luciano Antônio Coelho Pinto, pelo ser humano íntegro e humilde, e por ficar ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida a minha mãe Maria Inez Vieira que sempre está ali me ajudando sempre me apoiando me incentivando, as minhas irmãs Samara Vieira Coelho Pinto (Gêmea) e Sínaria Vieira Coelho Pinto que sempre me aturou com meus choros, tristezas e alegrias e obrigado por cada um de vocês existir em minha vida. Amo e amo.

Quero agradecer também ao meu esposo Roberto Soares Nascimento pelo incentivo maior em minha formação, pela persistência a volta ao curso por estar presente em todos os meus momentos da minha vida por não me deixar desistir do meu sonho. Ao meu filho Pedro Henrique Soares Nascimento Coelho que veio para multiplicar meus sonhos e alegria, e cada dia me renova com seu sorriso que tanto amo.

A minha companheira de jornada Analice da Silva por mais difícil que foi nosso companheirismo e ao mesmo momento de alegria e tristezas obrigada por tudo. Liriane Priscila Alves que foi minha companheira de faculdade durante três anos, obrigada amiga por estar ao meu lado e acreditar em mim, pois com seu incentivo sei que sou capaz te adoro muito.

Agradeço as oportunidades conquistadas, principalmente no decorrer do estágio, fundamental para a minha formação e conhecimento, aos meus supervisores de campo Cleide Paiva, Anderson Mol e Simone Avelino, pela contribuição na minha formação profissional e inúmeras oportunidades de compreender as estratégias em função de uma profissão tão desafiadora.

Aos mestres com carinho, pelo ensino, dedicação, paciência, compreensão pela sabedoria de forma tão competente, quero agradecer a vocês queridos professores que estiveram presentes até o último momento, em especial a minha orientadora Renata de Souza Ribeiro Paiva, Sônia Gomes de Freitas, Livia Maria Siqueira Fernandes e Márcia Helena de Carvalho. Obrigada!

SABRINA VIEIRA COELHO PINTO

AGRADECIMENTOS

Nesta longa trajetória, tive experiências inesquecíveis, é jamais poderei de deixar de agradecer primeiramente ao meu Deus, por ter cuidado de mim, com muito carinho, passei por diversas dificuldades, tanto familiar, quando financeiras, a qual pensei várias vezes em desistir realmente não foi fácil de chegar até aqui e conseguir passar por tantos empecilhos, no decorrer deste TCC, não tenho vergonha de dizer por várias vezes, as lágrimas rolaram em meu rosto, tudo passei porque o meu Senhor mim carregou na palma de sua mão.

Aos meus filhos por ter paciência com a mamãe amores da minha vida, Melquizedeque e Matheus. Sim não poderia deixar de agradecer as minha maravilhosa mestras e mestres por ter mim incentivado o tempo todo e por ter tido paciência comigo e por ter me direcionado por toda a esta trajetória, não teria conseguido se não fosse os meus mestres (o/a) Lívia Maria Siqueira, Renata de Souza Ribeiro Paiva, Sônia Gomes de Freitas, Márcia Helena de Carvalho e todos os outros que fizeram parte da minha vida acadêmica, adoro vocês de coração como profissionais e pessoas magnificas que são, com tanta dedicação e sabedoria.

A minha companheira de TCC, Sabrina quantas vezes choramos juntas e nos alegamos, passamos por momentos difíceis e nos entendemos, obrigada querida! Não poderia deixar jamais de agradecer aos meus supervisores acadêmicos, Cleide, Andreisa, Simone, Anderson, excelentes profissionais, que mim supervisionaram com categoria profissional e respeito, e a vocês sim meus amores razão da minha vida papai e mamãe, Marli Silva Diniz e José Geraldo Diniz, sem o amor de vocês certamente eu não estaria aqui choram desde o início comigo e sorriram comigo, formamos!!! Meus amores!!!! Também á meus irmãos agradeço a Mônica e Aleilson e Djalma e os meus sobrinhos amo todos vocês, por fazer parte da minha formação acadêmica agora posso disse combate o bom combate terminamos o TCC e guardamos a fé

ANALICE DA SILVA DINIZ BALTAZAR

“Tudo é do pai toda honra e toda glória, é dele a vitória alcançada em minha vida ”

Padre Fábio de Melo

RESUMO

A fim de compreender de que forma a política de assistência social se gesta na sociedade brasileira, caracterizando o processo de desenvolvimento do Projeto Sombra e Água Fresca da Fundação Metodista de Ação cultural e social do município de Caratinga-MG. O objetivo geral desta pesquisa concerniu em desenvolver um estudo capaz de analisar os desafios e os limites elencados na ação profissional com vistas para a materialização da prática profissional no município de Caratinga-MG, com a finalidade de evidenciar a importância do Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional. A pesquisa realizada foi com caráter qualitativa, semiestruturada para coleta de informações para coleta de informações, descritiva e técnica de análise de conteúdo para o processo analítico. O sujeito entrevistado foi um profissional assistente social que atua no Projeto Sombra e Água Fresca da Fundação Metodista de Ação cultural e social do município de Caratinga-MG. Os resultados do estudo evidenciam acerca da contribuição do assistente social com sua visão abrangente dos fenômenos sociais, seu aporte teórico metodológico da rede de direitos sociais elencados. Os resultados serão apresentados visando caracterizar o que demais relevante se observou na proposta de contextualizar a atuação do Projeto Sombra e Água Fresca da Fundação Metodista de Ação cultural e social do município de Caratinga-MG.

Palavra-chave: Serviço Social, política de Assistência social, Projeto Sombra e Água Fresca.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileiro de Ensino e Pesquisa do Serviço social

ABONG – Associação Brasileira de Organização Não Governamentais

BH - Belo Horizonte

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação

CEAS - Centro Brasileiro de Cooperação

CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem

CF – Constituição Federal

CFESS - Conselho Federal do Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistente Social

CREAS – Centro de Referência Especializados da Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

EEMC - Escola Elvira Matte de Cruchaga

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

KM - Quilômetro

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MG - Minas Gerais

NOB – Norma Operacional Básica

ONGs - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCIPS - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias

PIB - Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSAF – Projeto Sombra e Água Fresca

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RH – Recursos Humanos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I CAPÍTULO – CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	15
1.1 A Gênese Do Serviço Social No Brasil.....	15
1.2 O movimento de reconceituação do serviço social no Brasil.....	20
1.3 – A Trajetória Histórica Da Política De Assistência Social	26
II CAPÍTULO – CONTEXTUALIZAÇÃO, GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	35
2.1 A Rede Socioassistencial E O Terceiro Setor	35
2.2 O Trabalho Do Assistente Social No Projeto Sombra E Água Fresca Da Fundação Metodista De Ação Cultural E Social Do Município De Caratinga-Mg.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICE.....	58

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado, sob um tema “ o Trabalho do Assistente Social no Projeto Sombra e Água Fresca da Fundação Metodista de Ação Cultural e Social do Município de Caratinga-MG” traz um estudo acerca da inserção do Serviço Social na política de Assistência Social abordando aspectos históricos de sua gênese e desenvolvimento até a contemporaneidade, com o objetivo de analisar os limites e possibilidade da atuação do Assistente social no Projeto Sombra e Água Fresca do Município de Caratinga-MG.

O interesse pelo tema pesquisado está relacionado à experiência vivenciada no decorrer do estágio curricular que teve início no quinto período, na instituição Projeto Sombra e Água Fresca da Fundação Metodista de Ação Cultural e Social do Município de Caratinga-MG, essa experiência provocou uma reflexão acerca da dos limites e possibilidades no exercício profissional em uma Instituição não governamental, que faz parte da rede socioassistencial na política de Assistência Social.

O trabalho do Assistente Social no projeto baseia-se em identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas apresentadas pelos segmentos que integram a Fundação, na perspectiva do atendimento social da garantia de seus direitos, orientando acerca de seus benefícios sociais, desenvolver pesquisas junto aos usuários da Fundação definindo o perfil Social desta população, obtendo dados para implantação de projetos sociais, realizar visitas, relatórios técnicos relacionados à matéria específica da política de atenção a Criança e Adolescente no âmbito da Fundação, quando solicitado.

O Projeto Sombra Água Fresca assume um papel apoiador às famílias no que se refere à oferta de serviços na área social. Neste sentido, pesquisar sobre o trabalho do Assistente Social no Projeto Sombra e Água Fresca da Fundação Metodista de Ação cultural e Social do Município de Caratinga-MG, identificando limites e possibilidades do exercício profissional, torna-se pertinente na medida em que se constata que o projeto Sombra Água Fresca tem sido considerado um importante espaço ocupacional para os profissionais do serviço social.

Dentre os autores que ancoram a elaboração do presente estudo estão José Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto, Maria Lúcia Martinelli dentre outros que fazem parte da discussão.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos. Sendo no primeiro capítulo um resgate temporal acerca da construção sócio histórica da profissão, abordando a origem, desenvolvimento e a trajetória histórica da profissão, dando suporte para o segundo capítulo, onde aborda a rede sócio assistencial, afunilando para o trabalho do Assistente Social no Projeto Sombra e Água Fresca Da Fundação Metodista De Ação Cultural E Social do Município De Caratinga-MG, trazendo ainda a discussão da entrevista com a assistente social.

I CAPÍTULO – CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

1.1 A Gênese Do Serviço Social No Brasil

A inserção do Serviço Social profissional na América Latina acontece em 1925, onde a primeira escola de origem estatal é fundada por Alejandro Del Rio em Santiago do Chile, fato que decorre à evolução particular do capitalismo a partir do desenvolvimento das forças produtivas e de lutas sociais, logo após a Escola Elvira Matte de Cruchaga - EEMC, fundada por Miguel Cruchaga Tocornal, o processo de criação dessas duas primeiras escolas se efetiva sob influência norte americana, seguindo a mesma linha de atuação, mantendo a expressiva dominação da Igreja Católica. Conforme afirma Castro (2003),

[...] em 1925 começa a funcionar em Santiago do Chile a primeira escola de Serviço Social. Fundada pelo Dr. Alejandro Del Río. O fato de que a primeira escola de Serviço Social da América Latina tenha sido criada por um médico é de fundamental importância. Nesta época, os médicos já sabiam muito bem que poderiam rentabilizar sua tarefa na medida em que se cercassem de uma série de subtécnicos que, sob sua absoluta dependência e direção e dando-lhes estrita conta dos seus afazeres, complementariam a função propriamente médica... Médicos com esta mentalidade... puderam perceber... que contariam com outro componente nesta equipe de subprofissionais (CASTRO, 2003, p. 30).

A Revolução Industrial, realizada no período do século XVIII, com a estratégia da produção capitalista, se apresenta inicialmente na Inglaterra, e sucessivamente nos demais países. A primordial aptidão deste processo de acrescentar o capital e as vantagens no qual os ricos eram os detentores dos meios de produção, no entanto não tiveram a força de trabalho para produzir, segundo Marx (1989), o cidadão não descendente era colocado como proletário, porém o único direito que tinham em acúmulo por meio da aquisição era a própria força de trabalho. Para Martinelli (2005),

[...] a realidade trazida pelo capitalismo estava posta e imposta: ou o trabalhador se mercantilizava, assumindo a condição de mercadoria útil ao capital, ou se coisificava, assumindo o estado de “coisa pública” – res pública – a que correspondia perda da cidadania, a “não-cidadania” (MARTINELLI, 2005, p. 5 anos, o número de operários era suficiente para as indústrias, mas como consequência da Segunda Revolução Industrial, houve superlotação de pessoas nos centros urbanos, em decorrência disto as cidades não mais comportavam o número crescente destas pessoas que

migraram neste período. Iniciou-se então um período de manifestações decorrente da superlotação dos polos industriais e o agravamento da questão social. (MARTINELLE, 2005)

Com o modo de produção capitalista se expandindo e resistente, cada vez mais, a fragilidades das expressões da questão social desencadeavam com mais frequência, onde a classe burguesa teria que obter meios para manter a ordem e a sequência da sua autoridade.

No século 30 acontece o processo de renovação crítica para a profissão, na qual ocorreu a modernização do Estado, neste momento, que a questão Social passou a ter o tratamento como caso de polícia, tendo a fortes ligações com o surgimento do Serviço Social, que ocorre pelas mazelas e desigualdades sociais, focalizada a um caráter de assistencialismo e filantropia que continuará o conservadorismo da Igreja Católica, mantendo o domínio dos proletários, e a expressão das políticas sociais, de fato, nessa perspectiva o país registrava a disseminação do processo de amadurecimento da industrialização e expansão do capitalismo inerente ao desenvolvimento econômico e político, cenário marcado por conflitos de classes por melhores condições de vida, exploração da força de trabalho, aumento da taxa de lucros, desemprego em massa, redução de salário, aumento da carga horária dos trabalhadores, aumento da fome, miséria e vulnerabilidade social culminando assim nas expressões da questão social.

Iamamoto assevera que,

[...] Com o surgimento do Serviço Social como profissão, está vinculado à emergência da “questão social”, afirma também que os problemas políticos e econômicos que reclamados pela classe trabalhadora no curso da consolidação do capitalismo; portanto a “questão social” está atrelada aos conflitos da relação capital/trabalho (IAMAMOTO, 2008, p.161-196).

Segundo Iamamoto (2008), no determinado momento de tantas influências que a profissão sofreu, pode-se afirmar que a mais simbólica se dá no processo de ruptura com a Igreja Católica tendo uma posição de destaque.

Onde a profissão era praticada por damas de caridade, relacionadas nas intervenções caritativas exercidas pelas instituições associadas a religião. Com o auxílio do Estado, e a burguesia para se preservar na autoridade, utiliza-se do

assistencialismo com o intuito de obter um maior nível de controle de massa da sociedade.

Segundo Estevo (1985), as igrejas possuíam da mesma forma alguma função social de determinar a união política e de produzir bondade com objetivo amenizar os desencadeamentos societários condizentes ao processo de explorações.

A conjuntura política e social presente estava marcada pela grave crise econômica em decorrência da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929 que afetou os preços do café brasileiro no mercado internacional atingindo diretamente a economia, logo Minas Gerais se une ao Rio Grande do Sul e a Paraíba originando assim o golpe de 1930.

Com as consequências dos baixos salários e transformações do capital, de fato torna-se impossível o assalariado conseguir oportunidades para dedicar-se à educação, cultura, lazer, saúde entre outros. Isso ficava sob responsabilidade da caridade e da filantropia. Com todas essas questões, surgiu a necessidade da classe operária se unir e se organizar por melhores condições de vida. Durante esse período de crise e conflito, o capital necessitava de uma concentração focada em direção as demandas impostas, a classe trabalhadora tinha como desejo de minimizar os resultados devastadores do capitalismo.

As escolas pioneiras de Serviço social no Brasil foram de São Paulo em 1936 e a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1937. Essas escolas foram coordenadas por Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl. Ambas eram sócias do Centro de Estudos de Ação Social vinculado a Igreja Católica.

Conforme afirma Silva (1995) a partir do ano da formação das primeiras escolas de Serviço Social, são estabelecidas três estruturas para a construção profissional do Assistente Social sendo eles: 1º Formação Científica, nos quais era fundamental o entendimento das disciplinas como sociologia, Psicologia, Biologia, Filosofia, contribuindo ao estudante um olhar holístico do homem possibilitando gerar um costume de autoconfiança; 2º Formação Técnica, cujo o objetivo era organizar o aluno quanto seu desempenho no enfrentamento aos males Sociais, e a 3º Criando com que os essenciais inerentes a profissão torna-se absorvidos pelos estudantes.

No ano de 1940 emerge a evolução do estudo de caso, grupo e comunidade, em que a assistência, tem como propósito a aproximação do usuário em equipe ou

peçoal. Segundo VIEIRA (198.p. 248) o Serviço Social de caso é um método ao qual se apresenta o caráter, de outro lado de reconciliação concluindo consciente, por um sujeito, os homens os seres humanos e sua classe.

Konopka afirma que,

O Serviço social de grupo é um método do Serviço Social que auxilia os indivíduos a melhorar-se no seu funcionamento social através de específicas experiências de grupos e a se defrontar mais eficientemente com seus problemas pessoais, do seu grupo e da sua comunidade (KONOPKA, 1986, p.33).

O desenvolvimento de pessoas tinha seu propósito o conhecimento, destacando que o sujeito atribuído de sabedoria haveria meios de afrontar por sua liberdade em meio a uma política viável.

Todo o método de criação do Serviço Social como profissão encontra-se apresentado com os resultados políticos sociais e populista do governo de Vargas. A inserção das estruturas principais e locais da Previdência Social e a reestruturação dos trabalhos de bem-estar, conhecimento, moradia e proteção aumentaram a maneira significativa do mercado de trabalho para os técnicos da área social.

Essa progressista concentração das políticas sociais pelo Estado constitui a expansão de demanda para o desempenho de planejamento sociais no interior das instituições, contemplando o desenvolvimento das faculdades e no meio profissional, através do resultado e crescimento do Serviço Social e acréscimo da sua categoria profissional.

O I Congresso Brasileiro de Serviço Social acontece em 1947, promovido pelo CEAS em São Paulo, ainda neste mesmo ano foi aprovado em assembleia geral o primeiro Código de Ética profissional pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais, dando início a uma tendência de valorização crescente dos encontros nacionais, cada vez mais massivos e reveladores dos debates e das polêmicas profissionais. Em julho de 1949 no Rio de Janeiro realiza-se o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social, abordando o tema “O Serviço Social e a Família”.

A partir da década de XX, o Serviço Social passa a possuir uma relevância superior, sob fortes influências das Organização das Nações Unidas (ONU) onde a profissão começa a se estruturar e promover o crescimento de Comunidade para unir o cidadão, nos projetos nacionais e locais.

Portanto nesta época, o Serviço Social passa a ser de amplo valor, para resolver os atritos dos grupos, que até então apresenta um caráter conservador. Ao mesmo tempo em que ocorre a industrialização, o comércio se fortalece perante o controle de bens do Estado, mudando o campo de trabalho dos assistentes sociais.

Os profissionais de serviço social se comprometiam com essa nova perspectiva. Grande parte deles assumiam o posicionamento dos cristãos de esquerda, entrando para o Movimento de Educação de Base organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, começando com um trabalho de alfabetização, animação popular e um trabalho de sindicalização, onde alguns destes assistentes sociais utilizam à cultura popular de Paulo Freire.

Ao mesmo tempo começa as indagações sobre o tradicionalismo e o conservadorismo, quando aniquilam a profissão, expandindo a atuação da mulher na comunidade, na comercialização do trabalho, no ensino pedagógico e na administração política. Nesta época aumentaram as categorias de Serviço Social foi o amplo crescimento industrial, sendo assim precisavam de profissionais que tinham conhecimentos teórico-metodológico e técnico.

Já na década de 1960 o Brasil passa por um momento de importante crescimento econômico. Nos países Latino-Americano surge o conceito do desenvolvimentismo, entendido como uma perspectiva de superação da pobreza presente no país. Os projetos desenvolvimentistas não tiveram repostas desejadas. O início de uma economia carrega uma dificuldade de entidades assistenciais para responder as demandas postas e supervisionar as lutas sociais.

As grandes instituições assistenciais desenvolvem-se num momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada dentro da divisão social do trabalho [...] é um projeto ainda em estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada à sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática. Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos Assistentes Sociais formados nas Escolas especializadas [...] O Serviço Social reaparece modificado, dentro do aparelho de Estado e grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. [...] o Serviço Social mantém sua ação educativa e doutrinária de “enquadramento” da população cliente (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 309-310).

O Serviço Social Brasileiro no século XX retrataram primícias de um processo de reformulação global em que se amplia no mínimo três décadas, motivando um

redimensionamento e um amadurecimento profissional. Esse método não está concluído, como explica Ortiz (2010), está em curso [...] um segmento de elaboração de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro, que foi iniciado em meados dos anos 60.

1.2 O movimento de reconceituação do serviço social no Brasil

O serviço social na América latina tem o objetivo fundamental de analisar a história do período de sua gênese, o serviço social, na sua origem apresentava-se por meio de realização filantrópica e caritativas aplicadas pela igreja. Os colégios de cunho religioso orientavam uma prática do serviço social, com suporte sobre suas doutrinas confeccionais. O Serviço Social visa uma personalidade conservadora, que dependia da aparência de vida dos trabalhadores, juntamente com base assistencialista com ações educativas, preventivas e curativas. Por este motivo o serviço social apresenta-se até a data 1960 a 1970 alterando grandes mudanças e atingindo “movimento de reconceituação”. No entanto essa mudança de opinião ao conservadorismo trazia o aperfeiçoamento do olhar marxista na história e organização do serviço social.

Os assistentes sociais tiveram um reconhecimento político ideológico, constituíram da aparência tradicional e conservadora e até então avançada. Atualmente a profissão atua pelo método interventivo nas realidades sociais e expressões da questão social, os quais são decorrentes do capital e do trabalho.

Desta forma pode-se ressaltar que o assistente social, atravessou uma transformação ligada à sua origem, levando o movimento histórico demonstrando uma ligação de classe e poder. Expandiu, transformou e fortaleceu uma concepção na sua dependência que busca sempre a luta pelos direitos iguais a todos na origem de uma comunidade que disputa pelo democrático na América latina.

O Serviço Social começa a se aproximar do pensamento crítico, apoderando-se de correntes filosóficas, com métodos e técnicas voltadas ao enfrentamento das mazelas sociais, um padrão teórico-prático voltado à realidade social brasileira. NETTO define renovação como,

[...] o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, a base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2004, p.131)

A necessidade de um novo padrão de intervenção questionando sua prática institucional e se aproximando de Movimentos Sociais da classe trabalhadora, “Configura-se então, o que passa a denominar de Movimento de Reconceituação do Serviço Social, determinado por uma conjuntura de crise e de dependência político-econômica em relação ao imperialismo norte-americano” (SILVA, 2009 p.71). A renovação acarreta na construção de um pluralismo¹ profissional, preocupando-se com o movimento teórico, na perspectiva de estabelecer uma reflexão crítica de atuação profissional, possibilitando construir assim uma visão de transformação social.

Mediante a ruptura com o conservadorismo que evoluiu o movimento de reconceituação do serviço social, tendo início antes da ditadura militar que ocorreu no Brasil em 1964 à 1985.

Pela ótica de Netto (2005), O golpe de 1964 foi realizado por militares, a repressão e outras óticas de ideologias que apresentavam informações no poder governamental, faziam bem para população e para o desenvolvimento do país, desse modo, a uma grande massa da população que reproduz a essa concepção. Aqueles que iam de encontro ao ideal burguês, sofriam com grandes punições e torturas, findando em inúmeras mortes.

Para Silva (2009) ressalta que a emergência do projeto de ruptura aconteceu em Belo Horizonte, onde encontrou-se a base dos movimentos sindicais e populares. Os estudantes apresentavam como alternativa de rompimento com o tradicionalismo o plano teórico metodológico, conceito da intervenção e no plano de formação profissional.

¹ (...) o pluralismo, no terreno da ciência natural ou social (...), é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (...) Vamos debater para chegar à descoberta de verdades tipicamente científicas, ou seja, com a certeza de que, para cada questão, só há uma resposta globalmente verdadeira. (COUTINHO 1991, p. 14).

Os assistentes sociais atuavam como meros executores de políticas sociais. Atuavam como condicionantes da ordem, determinação e comando da comunidade. Com a modificação da comunidade por parte do estado, caminharam trocas no país que representavam modificações no contexto do serviço social em duas atribuições: o da prática e formação profissional.

Na década de 60 houve um crescimento no mercado de trabalho do profissional de serviço social, as novas ações solicitavam um profissional com novas qualidades, com processo de modernização da profissão frente a políticas públicas para o meio de reprodução do capital, também como renovação de modelos econômicos utilizados anteriormente no país, gerando uma reorganização para o desenvolvimento capitalista, apresentando adversidades populacionais que acarretando miséria, violência entre outras expressões da questão social para a comunidade brasileira.

Segundo Netto (2005.p 123), para o assistente social o mercado de trabalho, seja em fundações estatais, privados, reivindicava o profissional com aparência moderna, que muitas vezes responde as exigências de uma racionalidade burocrática administrativa em meio à modernização conservadora.

As transformações realizadas na prática e formação do serviço social também passa por várias alterações, como a inclusão do serviço social nas universidades, dessa forma existia apenas escolas separadas, pequenos recursos, muitos valores morais e muitas mudanças na sociedade. Os universitários se tornaram completos.

O movimento de reconceituação segundo lamamoto (2010 p. 205) “foi designado pela contradição ao profissional, que provocou uma indagação global da profissão: do seu próprio fundamento ideo-teóricos de suas origens sócio-políticas, da direção social da prática profissional”. É uma continuação que revista ao serviço social uma prática mais capaz, que providencie caminhos em novos fundamentos teóricos metodológicos.

Esse movimento tornou-se referência para serviço social, tendo em vista que no bojo desse movimento surge uma construção teórica, uma vez que o serviço social na época tinha caráter assistencialista. Momento algum pode desligar-se da

discussão do projeto ético político do serviço social, pois o conteúdo torna-se indispensável desde a modificação dos anos 70 aos 80 do século decorrido.

O “I Seminário de Teorização do Serviço Social”, foi promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS entre 19 a 26 de março de 1967 em Araxá-MG. O Seminário de Araxá significou o pontapé inicial para o Movimento de Reconceituação. O II Seminário de Teorização do Serviço Social acontece entre 10 a 17 de janeiro de 1970 em Teresópolis-RJ, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, O evento abordava uma temática voltada para a “necessidade de um estudo sobre a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira” (CBCISS, 1986, p53), este documento elaborado em Teresópolis tinha como panorama a consolidação da perspectiva modernizadora, buscando elencar a prática com a teoria.

A primeira expressão do projeto de ruptura surge entre 1972 a 1975 na Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais – PUC/MG, originando no “Método BH”, entre os anos 1972 a 1975, surgiu na escola de serviço social, da universidade de Minas gerais, um método BH, criado por um grupo de jovens que exercitavam a profissão e resguardando uma serie de melhorias para o serviço social. Sua intenção era, uma forte ligação com uma universidade, apresentando uma visibilidade que oferecia uma base teórica para que se apontasse com tradicionalismo.

Netto assevera,

A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas, esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais. (NETTO, 2011, p.250)

O método BH é a consequência do trabalho dos jovens, ou seja, que se torna um traço mais visível do projeto de ruptura, que em 1978 após o término do método, aconteceu o encontro de Sumaré no estado do Rio de Janeiro e do Alto de Boa Vista, em 1984.

Entre 20 e 24 de novembro de 1978 realiza-se o seminário de Sumaré-RJ, no Centro de Estudos do Sumaré, este encontro buscava construir o objeto profissional com enfoque na dialética, entretanto não obteve a mesma repercussão internacional quanto Araxá e Teresópolis e não houve documento de natureza declarativa. Conforme assinala Dantas (1970), o documento de Araxá respondeu formalmente ao tema central do seminário, que ofertou a uma conversa e um ponto de vista bastante planejada a metodologia do serviço social a mais conciliável da concepção modernizadora.

O encontro de Sumaré registra toda a perspectiva modernizadora, que tinha como priori construir um objeto do serviço social, sendo que os modos de produção se formam uma dupla de perspectiva das formações sociais das conjunturas políticas. Para Netto (2004) o compromisso de Teresópolis muda a relevância profissional do serviço social, tornando-se essenciais para reconhecimento da intervenção planejada, como uma escolha para determinar as práticas profissionais.

Para Netto (2004) os resultados dos dois seminários não alcançaram uma repercussão que cercou os dois precedentes, que segundo ele, pode ter se dado pelo fato de modernização que somava na década de 70, no encontro aos segmentos de Araxá e Teresópolis.

Segundo Barroco (2001) a quebra de ruptura com o tradicionalismo da profissão destaca-se com o projeto de formação profissional da Associação Brasileiro de Ensino e Pesquisa do Serviço social (ABEPSS), Conselho Federal do Serviço Social (CSEFF). Em 1982 o código de ética se manifestou em um pensamento ético mecanicista, uma vez que anuncia um acordo profissional, porém não determina a mediação das ações pessoal à ética. Segundo a autora, o código está no desenvolvimento teórico metodológico e política demonstrada desde de 80.

Em meados da década de 80, aconteceu uma compreensão da demanda profissional sobre a política social. Segundo Teixeira (2009) é neste momento que se anuncia a evolução teórica do serviço social, reforçando sua intenção na organização política e a renovação do avanço dos seus estatutos legais na lei de regulamentação do profissional, trazendo depois o código de ética de 1993.

O movimento de reconceituação do serviço social trouxe por meio de um objetivo um levantamento de uma descrição profissional e uma análise crítica para uma excelente orientação e direção do serviço social. Ou seja, refletir uma complexidade de um conceito de uma teoria sucinta dos serviços sociais e sua metodologia, que, portanto, percebe-se o movimento de reconceituação de outro lado do serviço social, afirma que o profissional crítico a qual possui enorme ação no desempenho profissional da contemporaneidade.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais acontece em São Paulo no ano de 1979, intitulado “Congresso da Virada”, este por sua vez marca mais um avanço na construção de alicerces para uma postura crítica dos assistentes sociais, dando suporte teórico ao desenvolvimento histórico da categoria. Esse processo de renovação não aconteceu repentinamente, iniciou-se a partir de questionamentos e reflexões acerca da essência metodológica, explanando os conflitos e contradições existentes, buscando de forma gradativa estratégias de ação voltadas para as demandas e interesses dos trabalhadores. É no bojo desse movimento que se define a direção social de intervenção profissional, logo o Serviço Social ganha espaço e reconhecimento da organização profissional. Sob a ótica de Netto,

[...] essa ruptura não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional. Pois, a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. (NETTO, 1996, p. 111)

Entende-se pela ótica de Netto (2005 p.141) o ciclo mais interessante do crescimento do serviço social no Brasil, é marcado pelo conflito que relata sobre o andamento do conservadorismo profissional. Nessa época apresenta um aperfeiçoamento e se adquire de saberes fundamentais para o exercício profissional, continuando cada vez mais academicamente de sua disposição política como ABEPSS, e conjunto CFESS-CRESS e ENESSO. Permanece então um apurado avanço do serviço social.

Segundo Ozanira (2007):

“[...] um processo marcado por confrontos com a força dos conservadores e raciocinários existentes no interior do quadro profissional e da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, pela divergências e contradições pelas próprias forças que se colocam nas perspectivas nos interesses dos setores populares”. (2007 pag.43).

Já adentrando no momento histórico da “pós-ruptura” que por sinal incorporado uma nova república ao longo dos anos 1986 a 1990 que a classe entrega da maior forma a transformações que estão acontecendo na sociedade como um todo, e que reivindicaram uma força nova, em admirar essas atuais mudanças dos profissionais.

Na segunda metade dos anos 80, inicia e realiza uma proporção mínima do estado, independente da força popular que no passado era ocorrido nos países da “cartilha neoliberal” e decorrente da globalização, progredindo-se, contudo, para os anos 90, onde a minimização do “estado social” ocasiona uma consequência de extrema aparência mais clara, tendo em vista a atual crise mundial. Tornando-se uma concreta conjuntura, onde o serviço social é argumentado para uma proposta modernizadora, visto que nesse mesmo momento diversos profissionais fazem crítica a uma intenção para novas alternativas da prática profissional, portando esses setores acabam sendo prejudicados, a um ciclo da década seguinte, vão se livrando das condições mais diversas, trabalhistas, previdenciários, sociais, educacionais, dentre outros.

Netto (2004) confirma que os profissionais conquistavam um nível concreto na superação do tradicionalismo da profissão, já que não pensavam criticamente as propostas do serviço social, buscavam pensar criticamente a própria instituição do serviço social.

1.3 – A Trajetória Histórica Da Política De Assistência Social

A década de 1980, caracterizou-se como um expressivo divisor de águas no que diz respeito ao campo dos direitos sociais.

Todo esse procedimento de ampliação do conceito de direitos sociais e de políticas públicas resultou na organização das deliberações que culminaram na

Constituição Federal de 1988 o Sistema de Proteção Brasileiro denominado Tripé da seguridade social: saúde, previdência, e assistência social, Desse modo a assistência social passa a ser um direito constitucionalmente organizado e representando como política do Estado, conforme preconiza na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194 apresenta a percepção da Seguridade Social, configurando como uma proposta de construção do sistema de proteção social:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. VIII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998). (BRASIL, 1988).

A partir daí a assistência social, pela primeira vez em sua história, foi desenvolvida como uma das três instituições políticas brasileiras da Seguridade Social. Evolução que expõe a definição de assistencialismo, da filantropia e do mérito social, e passa a constar como profissionalização da atividade pública, na qual não exclusivamente está ligada a assistência, as necessidades básicas dos indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social na Constituição Federal, os artigos 203 e 204 nos diz que.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
 IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
 V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas. (BRASIL, 1988)

Na década de 90 outro avanço acontece na política de Assistência Social em 07 de setembro de 1993 é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Nº 8.742, que dispõe sobre a organizações da assistência social no Brasil.

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

A Lei Orgânica da Assistência Social oferece uma personalidade de responsabilidade legal dos serviços socioassistenciais tendo em vista instância de coordenação ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Desse modo a Lei institui o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS enquanto instância máxima de deliberação. Sua capacidade fundamental representa em aprovar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) uniformizar e regular a prestação de serviços sejam eles de caráter público e privado no campo da política em questão. Conduzir e supervisionar as entidades e as organizações de assistência social, cuidar pela realização do sistema participativo e descentralizado, conduzir e analisar a gestão de recurso e publicar no Diário Oficial da união de todos as decisões, bem como Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, dentre outros. (BRASIL, CNAS,2010). Yasbek enfatiza que,

A LOAS inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social. (YASBEK, 2006, p.12).

Sendo assim mantém-se instituído que pertence ao Estado e suas instituições estabelecerem em uma rede uma política pública de direito, quebrando com as práticas remotas de merecimento e filantropia.

A PNAS, é um documento normatizador das ações de assistência social, surge em 15 de outubro de 2004, através da resolução N° 145 de 15/10/2004, possibilita sobre tudo o amparo e atenção as pessoas em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a prevenção, a proteção, a promoção e a inserção social, assim como um conjunto de garantias e seguranças. A mesma é formada com interesse de observar as demais políticas sociais, considerando-se as particularidades sociais e territoriais, fazendo assim, a garantia dos mínimos sócias (MDS, PNAS,2004) e tem como órgão gestor, em âmbito nacional o Ministério de Desenvolvimento Social e combate a fome - MDS.

Para operacionalizar a PNAS é implementado o SUAS, sendo fruto de um acordo federativo entre três instâncias de governo (federal, estaduais e municipais) com a finalidade de uma gestão descentralizada acerca do financiamento e monitoramento dos serviços socioassistenciais. Havendo um ponto de partida com a implementação a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, aprovada pelo CNAS – Resolução N°130 de 15/10/2005.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS se configura como modelo de Gestão da Política de Assistência Social, se organiza de forma descentralizada, promove bem-estar e proteção social à todos que dela necessitam, é organizado por dois níveis de proteção social, conforme preconizado na PNAS de 2004, sendo Política Social Básica e Política Social Especial, dentre os avanços está a matricialidade sociofamiliar compreendida a partir da PNAS, que assim define “centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (Brasil, 2004 p. 33). Ainda segundo a PNAS (Brasil, 2004, p.40) “a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”.

Atualmente, considera-se a família, com seus membros, inclusos em um contexto social e econômico, que reflete diretamente na forma de organização e dinâmicas familiares. Esse avanço é perceptível,

Na matricialidade sociofamiliar, em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, de modo a romper com o caráter de atenção emergencial e pós-esgotamento das capacidades protetivas da família. (TEIXEIRA, 2009, p. 257)

De acordo com o estabelecido no SUAS, a Proteção Social Básica é determinada aos cidadãos que vivem em circunstâncias de vulnerabilidade social resultante da miséria, das limitações, ou seja, baixa renda ou pelo pouco acesso a empregos, fragilidade dos vínculos afetivos, discriminações por idade, étnica, de

raça ou por incapacidade. Tem como a finalidade de impedir os acontecimentos de ameaça através do aumento de possibilidade, de conquista ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A PNAS 2004, determinada como serviços de Proteção Social Básica de Assistência Social é aqueles que reforçam as famílias como uma unidade de recomendações, fortificando seus vínculos interior e exterior de amizade, de acordo com o papel principal de seus integrantes de funções da proposta de um grupamento de regiões que buscam a harmonia, a civilização e o amparo, em famílias cujos vínculos familiares em coletivo não foram rompidos, como proporcionar a inclusão ao mercado de trabalho. (PNAS, 2004).

De acordo com o estabelecido os serviços de Proteção Social Básica são realizados nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e na rede socioassistencial. Sendo que os CRAS são entidades públicas governamentais de apoio territorial, localizadas em regiões com amplitude da assistência de até 1.000 famílias/ano, estabelece e determina a rede de serviços socioassistenciais.

Os projetos e serviços ofertados pela a Proteção Social Básica são: Programa de Atenção Integral às Famílias; PAIF; Programa Bolsa Família; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo; Programa Criança Feliz; Projetos Socioeducativos para crianças e adolescentes com a idade de 6 a 17 anos, tendo em vista à segurança, civilização e o consolidação dos laços familiares e públicos; visitas domiciliares para usuários com deficiências e idosos.

A Proteção Social Especial dedicada à famílias com violação de direitos, que se encontram em circunstância de ameaça individual e coletivo, por causas de desamparo, negligência físicos ou psíquicos, abuso sexual, realização de padrões socioeducativas, situação de rua, caso de trabalho infantil, entre outras. Tais serviços precisam assistência particular e maior agilidade nas respostas protetivas.

Conforme preconiza o SUAS, os programas apresentados pela Proteção Social Especial de Média Complexidade atuam no apoio às famílias e pessoas com seus direitos violados, mas quando os laços familiares ou públicos não foram rompidos. Demandam maior administração profissional-operacional e atenção, usada ao Centro de Referências Especializado da Assistência Social (CREAS), que

são entidades públicas de princípios, onde são realizados os serviços qualificados e frequentes da Assistência Social a população e as famílias cujos direitos foram violados.

Os projetos ofertados pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade têm como intuito assegurar a proteção integral, como habilitação, alimentação, saneamento e serviços para famílias e pessoas que estão sem residência, precisando a retirar-se de seu seio familiar ou até mesmo da comunidade. No entanto a este usuário proporcionar nas situações em que os seus direitos foram violados ou rompidos, sejam os vínculos familiares ou públicos, que necessitem de atendimento integral institucional por meio de casa abrigo, casa de passagem, família hospitaleira, república acompanhada, residência extensiva e serviço de proteção em situações de infelicidade pública urgente.

O Desenvolvimento da Lei Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), prevista na PNAS (2004), é estabelecida através da Resolução CNAS nº 269 em 2006. Vem como resultado o pensamento de reflexão da administração de trabalho no campo da Assistência Social, se torna necessário na particularidade da contribuição dos serviços da rede socioassistencial. Estabelece estruturas para a sua administração como a capacidade de patrimônios humanos, comunicação, acompanhamento, observação e organização de conclusões.

Segundo Raichelis (2010) descreve:

[...] um ganho político significativo na pactuação federativa entre gestores da política de assistência social e na luta dos seus trabalhadores por condições materiais, técnicas e éticas de trabalho nos órgãos gestores, nos CRAS e CREAS e nas entidades de assistência social vinculadas ao SUAS, consideradas as resistências e dificuldades políticas que tiveram que ser aparadas para viabilizar sua aprovação. (RAICHELIS, 2010, p. 761).

De acordo com as normas de NOB-SUAS (2005) aponta o desafio e o valor do talento profissional nos recursos humanos:

É grande o desafio de trabalhar recursos humanos em um contexto no qual o Estado foi reformado na perspectiva de seu encolhimento, de sua desresponsabilização social. O enxugamento realizado na máquina estatal precarizou seus recursos humanos, financeiros, físicos e materiais, fragilizando a política. [...] valorizar o serviço público e seus trabalhadores, priorizando o concurso público, combatendo a precarização do trabalho na direção da universalização da proteção social, ampliando o acesso aos bens e serviços sociais, ofertando serviços de qualidade com transparência e participação na perspectiva da requalificação do Estado e do espaço público, esta deve ser a perspectiva de uma política de recursos humanos na assistência social, com ampla participação nas mesas de negociações. (NOB/SUAS, 2005, p. 55).

Segundo Raichelis (2010) revela que a NOB-RH/SUAS avalia desenvolvimento de grupos qualificados para o trabalho e as mesmas devem ser constituídas por trabalhadores presentes, os mesmo devem ter responsabilidade pela administração e pela proposta dos serviços, planejamento e ampliações de proteção social básica e especial. Percebendo a quantidade de familiares e pessoas referenciadas dos municípios, ajustando ao ponto de acolhimento imposto. De acordo com as maneiras de atendimentos, alcances e direitos que precisam ser apresentados e garantidos aos usuários.

O SUAS, é financiado e apresentado por os Fundos de Assistência Social organizado pelos âmbitos de governo Federal, Estadual e Municipal e Distrito Federal.

Segundo a lei Federal nº 1.605/95 em seu Art.1º define que o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), criado pela LOAS, tem como finalidade, possibilitar fundos e meios para custear o (BPC) Benefício de Prestação Continuada, propostas e projetos de Assistência Social. (BRASIL, 1995)

Segundo está determinado na PNAS (2004), Política Nacional de Assistencial Social, o auxílio dos benefícios acontece de maneira clara aos seus determinados recursos da rede sócio assistencial, de acordo com financiamentos particulares, através de repasses de capital, planejamentos e plano que venham a ser vistos importantes ao avanço da política de Assistência Social.

Um dos grandes desenvolvimentos da política de assistência social foi romper com a aparência de zelar com as expressões da questão social, através da dialética

assistencialista, alega que a experiência de tentar resolver essas questões por meio de filantropia é um retrocesso no campo da política de assistência social, visto que aceitar uma partícula dos cidadãos vulneráveis que dá o Estado, amparo, a comunicação e a continuada de forma assistencialista para encarar a pobreza. A performance das políticas sociais neoliberais que dá prioridade assegurar o equilíbrio ao capital financeiro. Portanto, as políticas sociais, na lógica burguesa, permanecerão a todo o momento sofrendo desmontes ou restrições, que fazem parte da ligação de poder em defesa de interesse distintos.

Entretanto, indagamos que a forma como a família é atribuir a política de assistência social se torna contraditória. Resguardar as famílias de forma vasta, não há nenhum mal nisso, pelo contrário é dever do Estado. Esta responsabilidade está evidenciada na forma que a política de assistência social visa estas famílias, apresentando nos programas interfamiliares como uma forma uniformizadora de conformar as famílias no âmbito do sistema contemporâneo.

Outro componente que veio a contribuir com a PNAS foi a tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais, criada em 2009, do qual a intenção é uniformizar os serviços que necessitam ser ofertado, de acordo com nível de dificuldades em todo o país, promovendo e fazendo os níveis de diversidade do SUAS em proteção Social Básica e proteção social Especial de média e alta e complexidade. Desse modo o perfil de usuários para cada nível de proteção, os objetivos dos serviços recurso materiais e humanos e as formas de aceso, entre outros.

A tipificação dos serviços socioassistenciais vem fortalecer o que fora acordado através do SUAS. É uma maneira útil de uniformizar a ser continuado em todos os municípios, assegurando que o atendimento da assistência social se expandisse a todo o país.

II CAPÍTULO – CONTEXTUALIZAÇÃO, GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 A Rede Socioassistencial E O Terceiro Setor

O Termo Organização Não Governamental (ONG) aparece na década de 1940, usado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de nomear várias e numerosos elementos que aumentavam os planos humanitários ou de proveito partilhado, porém não existiam empresas públicas. Então o termo vem sendo usado para mencionar as empresas não públicas de gostos variados no mundo inteiro. O termo no Brasil se divulgo através da ECO Rio 92, Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, feita no Rio de Janeiro em 1992.

As empresas em geral são unidades privadas, sem fins lucrativos e várias operam com o propósito de responder as solicitações sociais não supridas pelo Estado. Variam os serviços oferecidos, dessa forma como o ponto e a extensão de atividade. Saúde, educação e assistência social são espaços constantemente referenciados. Varia as demonstrações, porem de forma geral são relacionadas tais como: grupos, estabelecimentos, associações, cooperativas ou conforme ONGs. Camargo (2001) relata o pensamento de Terceiro Setor como um amplo para quaisquer dessas unidades, inserindo as ONGs como uma de suas proporções (Camargo et. al., 2001).

De acordo com o Salamon & Anheier (1992), a fim de ficarem destacadas as firmas não lucrativas, a organização das empresas deve-se incluir as próximas qualidades: está estabelecida diretamente, seu proposito fundamental deve tornar-se não público, ser uma empresa privada, ser auto governável e não repartir ganhos a seus filiados ou associados e contar com a presença voluntária.

No ano de 1999 tais organizações são legalmente aceitas no Brasil por meio da Lei nº 9.790/1999 que forma as chamadas empresas da Sociedade Civil de Importância Pública (OSCIPS). A competência, reconhecida pelo Ministério da Justiça, conduz a facilidade de várias empresas serem reconhecidas institucionalmente. Autorizando desta forma, a entrada de fundos públicos, de

condição não muito burocrática e através de um superior poder público e social (Ferrarezi, 2002).

De acordo com a análise moderna em associação entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o centro de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), ordenado em fatos do Cadastro de Empresas (CEMPRE) de 2005, vivem no Brasil mais de 338 mil empresas sem finalidades lucrativas divididas em cinco grupos: a) as que são privadas, não constituem a ferramenta do Estado; b) as que não enviam eventuais saldos; c) as que são voluntárias; d) as que possuem eficácia de autogestão; e) as que são globalizadas.

Mencionada a investigação, foi averiguado que mesmo que existam 338 mil ONGs cadastradas na CEMPRE, não são empresas de proteção de direitos ou do terceiro setor, tal como são mencionadas as do campo da filantropia institucional. Assim os princípios são políticos, sem rebatimento legal e esse âmbito extenso envolve junto essas instituições, mas não se acaba a própria. Há uma ampla desavença entre essas empresas e o que se indica acima delas, o associativismo não é uma “nascente de aumento”. A meio salarial dessas firmas envolve em torno de 3,8 salários mínimos por mês. E as empresas admitem em torno de 1,7 milhão de funcionários empregados, mas acontece também, bastante esforço voluntário, participante e precarizado. As firmas que mais admitem são essas que atuam nos lugares da saúde e da educação, sendo que aproximadamente de 70% empregam um milhão de cidadãos e o restante se coloca em 30%, conhecidas de baixo posição.

Em 2002, existiu um desenvolvimento equilibrado de firmas no Nordeste e uma elevada porcentagem de associativismo da região Sul. Vemos que o Sudeste foi à região que mais mostrou firmas sem propósitos rendáveis. Foi possível perceber o progresso de unidades corporativas patronais, de intervenção de interesses de classe.

O Terceiro Setor é qualificado como uma condição de conformação da sociedade civil frente à negligência do Estado em relação aos direitos sociais. Assumindo para si, a responsabilidade, ou em parceria com o Estado, na promoção

de direitos sociais. Descaracterizando o mesmo, já que não consegue garantir o caráter de universalidade.

Montaño (2007) destaca que o Terceiro Setor tem origem norte-americana, onde o associativismo e o voluntariado derivam de uma cultura política e cívica baseada no liberalismo individual. O termo é construído a partir de um recorte social em esferas, sendo considerado o Estado como “primeiro setor”, o mercado como “segundo setor” e a sociedade civil como o “terceiro setor”. Trazendo um propósito reducionista, como se as questões políticas ficassem restritas apenas ao Estado, as econômicas ao mercado e o social à sociedade civil. Um recorte funcionalista, liberal e estruturalista de acordo com a ideologia neoliberal.

No Brasil, o terceiro setor começa a ser implantado nos anos 90, quando as ONGs deixam de pressionar o Estado, para se tornarem parceiras do mesmo na promoção de serviços, passando a receber verbas estatais para isso. O que segundo Montaño (2007), as faz perder seu caráter político, tornando frágil e questionável as características essenciais que as ONGs devem possuir: como ser privadas, “sem fins lucrativos”, “autogovernáveis” e “não governamentais”, já que muitas são terceirizadas pelo Estado.

Para estruturar maior rigidez no modo de ordenação das empresas filantrópicas é constituída a Lei nº 12.101, de 7 de novembro de 2009, que possui sobre o reconhecimento das entidades beneficentes de Assistência Social, segundo a LOAS, no que se relata o ajustamento das entidades não governamentais e a fornecimento de serviços sócio assistenciais, constituindo padrões de adequadas aos serviços prestados, de acordo com a demanda de execução em que estão inscritas, educação, saúde ou Assistência Social. Devido trais propostas a serem analisados para ter e manter o reconhecimento e a certificação como entidades não governamentais.

Com a fiscalização da Lei 12.345 de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, o Art.30 é modificado e passa a entender como entidades e sistematização de Assistência Social, sem fins lucrativos, que afasta ou, juntamente e prestam atendimento, assessoramento Art.41 ou que estabelece e proporciona a garantia de direitos no Art.42 do favorecimento da política de Assistência Social.

Art. 30 “O cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais, no que couber, e o aprimoramento da gestão da política de assistência social no Suas se efetuam por meio de transferências automáticas entre os fundos de assistência social e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas 3 (três) esferas de governo” (BRASIL, 2011)

A partir do SUAS o terceiro setor passa a ser conhecido também como instituições privadas sem fins lucrativos que exercem atividades de interesse social e coletivo, são também conhecidos como entidades paraestatais ou de cooperação de interesse público.

Os padrões se fazem fundamentais para que as companhias e os serviços prestados sejam apresentados dentro do raciocínio da política social pública a qual está relacionada, o Sistema Único Assistente Social - SUAS.

A conformação de normas e padrões para as instituições sócio assistenciais e a participação ao Sistema Único Assistente Social - SUAS proporciona a administração no cadastro das instituições e os serviços que que fornecem aos usuários da Política de Assistência Social, o que autorize um mapeamento próprio da rede e grande a transparência na observação sócio assistencial. Uma ligação rica para o Estado, mas que deve dominar medidas rígidas para que os serviços prestados sejam ajustados com o que é estabelecido no (SUAS) Sistema Único Assistência Social.

Assim há uma grande preocupação com a proposta dos serviços sócio assistenciais, mas não uma mobilização social que pressione o Estado nessa responsabilidade. De forma isolada, algumas entidades incentivam a participação popular nos espaços de políticas públicas, mas o mesmo não ocorre na forma de uma grande mobilização para pressionar e reivindicar a materialização desses direitos adquiridos.

Yazbek (2012) destaca a contradição que acontece na legislação voltada ao enfrentamento da pobreza, onde as ações das entidades filantrópicas e socioassistenciais se ampliam cada vez mais, em um contexto no qual a pobreza não aparece como expressão da questão social. Tal questão passa a ser

administrada tecnicamente ou gerida pelas práticas da filantropia. Sendo este o cenário, onde se expande o crescimento do terceiro setor que vai compor os processos de reestruturação dos sistemas de proteção e da política social.

Montaño (2007) ressalta que a questão referente ao Terceiro Setor vai além da transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil na promoção dos direitos sociais. Que a questão pode ser comparada ao canto da sereia, o que pode parecer uma “bela melodia” é, no entanto, um engodo. Neste caso, as entidades privadas assumirem a tarefa que o Estado não executa, pode soar bonito, mas abriga outras perspectivas quando a questão é observada mais de perto, já que a mesma pode ser rentável.

A participação da sociedade civil na gestão, controle e efetivação de políticas sociais, vem sendo deturpada ao querer incorporar e assumir a responsabilidades do Estado para o Terceiro Setor, já que, mais uma vez, a sociedade civil não consegue garantir a condição de direito e de universalidade, o que não está em debate e é garantido através da Constituição Federal e é dever do Estado.

O que torna paradoxal a participação da sociedade civil nesse contexto. Embora tais entidades desenvolvam um papel extremamente importante em diversas comunidades, através dos serviços que prestam e ao público que atendem, as mesmas assumem responsabilidades que o Estado deveria suprir, sejam estas entidades conveniadas ou não. Essas ações não comportam o caráter de universalidade previsto em lei, o que implica na caracterização do direito.

Para Raichelis (2006, p. 112), “o papel da sociedade civil deve ser atuar para ampliar a participação no conjunto das políticas públicas, na sua formulação e gestão, sem que o Estado abra mão de suas responsabilidades”.

Para que as Instituições Filantrópicas integrem a rede socioassistencial, esta deverá estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil, a fim de discutir e estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sociais públicos e privados. O CMAS segue os princípios da Política de Assistência Social, garantidos na legislação desde a Constituição Federal.

2.2 O Trabalho Do Assistente Social No Projeto Sombra E Água Fresca Da Fundação Metodista De Ação Cultural E Social Do Município De Caratinga-Mg

Com o intuito de desvelar o que foi proposto no presente o trabalho do Assistente Social no Projeto Sombra e Água Fresca da Fundação Metodista de Ação Cultural e Social do Município de Caratinga-MG, foi realizada uma entrevista semiestruturada de caráter qualitativa, tendo por finalidade elucidar os desafios na materialização da prática profissional do Assistente Social no processo de apoio realizado pela Fundação Metodista de Ação Social e Cultural na Cidade de Caratinga-MG.

Sobre a pesquisa qualitativa, MINAYO sustenta que,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.21)

Para uma maior compreensão do município onde ocorreu a pesquisa, será elaborada uma breve apresentação. Caratinga encontra-se situada em uma área acidentada dos planaltos dissecados, coberta florestas estacionais semi-decíduais, cortada pelo Rio Caratinga, pertence a Mesorregião do Vale do Rio Doce, está localizada a Leste do Capital do Estado, possui um perímetro urbano de 9,2568 km² e 1241,6172 km², constituído pela zona rural, com uma taxa de urbanização de 80%. Em 2016, foi estimado pelo IBGE uma população 91.342 habitantes sendo 37º mais populoso do Estado de Minas Gerais. A cidade das palmeiras tem sua economia sustentada pela agricultura e comércio, com o PIB per capita em 2013 de 13.215,55 (dados do IBGE- 2013).

O Projeto Sombra e Água Fresca faz parte das ações sociais da Fundação Metodista em todo o Brasil como espaço para acolhimento, cidadania e educação.

Em Caratinga, o Projeto teve início em 02/07/2009, atendendo inicialmente 54 crianças, em dois turnos, matutino e vespertino, sempre em horário extraescolar. O Projeto é desenvolvido com a orientação de uma proposta educativa e construída coletivamente, enriquecida em cada programa local com a participação das crianças e seus familiares, bem como a participação da comunidade onde o projeto tem sua estruturação organizada, essa conjugação de esforços busca promover o crescimento integral para as crianças e adolescentes, sempre buscando melhoria na qualidade de vida dos mesmos. Hoje o projeto se estrutura em três núcleos a saber, Bairro Esperança, Bairro Aparecida e recentemente foi implantado um no Bairro Anápolis nesta cidade.

Para construção desta pesquisa, utilizou-se como referencial teórico o método dialético-crítico, o qual está centrado no modo de compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente movimento e transformação.

Conforme Lefebvre,

[...] o pensamento se descola incessantemente do polo lógico, racional, aquele da forma pura, para o real, a natureza, o prático sensível, a práxis ou, numa palavra, o conteúdo". O método dialético tem como categorias centrais a totalidade, historicidade e a contradição. (LEFEBVRE,1995, pg.12)

O tipo de entrevista utilizada foi a semi-estruturada, pois possibilita que os sujeitos possam falar além da questão apresentada. De acordo com GIL (1999), a técnica de coleta de dados é o conjunto de processos e instrumentos elaborados para garantir o registro das informações, o controle e a análise dos dados.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista, com o questionário elaborado contendo 31 perguntas, subdivididos em 4 tópicos, o primeiro contendo perguntas sobre identificação e idade, o segundo tópico aborda a instituição de ensino e o ano de formação, o terceiro tópico acerca de especializações e curso de capacitação, no quarto tópico aborda questões contratuais do profissional, no quinto tópico trabalha a identificação institucional e os atendimentos desenvolvidas, por fim, mas não menos importante o sexto tópico apresenta questões discursivas acerca das demandas, público alvo, e a organizações do processo de trabalho.

Segundo Minayo (1994), a entrevista é a busca de informações contida na fala dos sujeitos.

A coleta de dados é feita através da obtenção de uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra. A organização da análise dos dados da pesquisa de campo tem por objetivo responder ao problema proposto para a investigação. A análise dos dados será realizada a partir da técnica de análise de conteúdo. Essa técnica é compatível com o método dialético e contribuiu para,

[...] o desvelar as ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc., que a simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e fundamenta-se nas características do enfoque dialético (TRIVIÑOS, 1987, p.159-160).

O trabalho apresentado se deu a partir da experiência de estágio na Fundação Metodista de Ação Social e Cultural, a profissional entrevistada, possui 36 anos, formou-se em Serviços Social em 2007 na Instituição de Ensino Faculdades Integradas de Caratinga-FIC e atualmente é Pós-Graduada em Instrumentalidade do Serviço Social com ênfase na Saúde, Educação, Assistência social e Poder Judiciário. Atua na política de Assistência Social a 07 anos sendo 08 meses no projeto Sombra e Água Fresca e presta serviços extras também na área da Assistência Social.

Na perspectiva de conhecer e compreender o âmbito institucional, foi questionado acerca da definição do local de trabalho, a profissional respondeu,

O local de trabalho é volante, tendo em vista que o Projeto possui três núcleos em Bairros Diferentes. O sigilo é em partes, devido a Fundação não ter uma estrutura própria de funcionamento, e em alguns dos núcleos os armários não possuem chave, desta forma as fichas de registro do Serviço Social são lacrados em outro espaço, onde possui sigilo. (Entrevistada)

O sigilo é garantido no Código de Ética, consiste no direito do profissional à privacidade para o atendimento adequado e dever do mesmo em obter apenas as

informações necessárias para proceder à demanda solicitada. Todos os Códigos de Éticas da história do Serviço Social asseguram sobre a questão do sigilo ou para os mais antigos denominados por “segredo”. Nessa perspectiva é imprescindível definir um limite para a efetuação do sigilo.

Acerca do sigilo profissional, conforme dispõe a Resolução CFESS nº 493 de 21 de agosto de 2006 em seu artigo 3º ““O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo””.

A próxima questão é acerca de Recursos Materiais e Humanos utilizados, a profissional respondeu,

Notebook; Fichas de visita domiciliares, encaminhamentos, registro de atividades diárias.- O profissional trabalha com a seguinte equipe: Coordenadora do Projeto; Orientador Social e psicóloga voluntária no Projeto. (Entrevistada)

Assim de acordo com Borralho et.al,

[...] as pessoas são o principal recurso da organização, uma vez que são elas que utilizam os recursos tangíveis (materiais, financeiros e de espaço), assim como os recursos intangíveis (tempo e conhecimento), para que através de processos se chegue ao resultado: produtos e/ou serviços, uma vez que cada pessoa ou grupo de pessoas executa o seu trabalho, contribuindo para o alcance dos objetivos e o cumprimento das missões. (BORRALHO et.al 2011, p.02)

Fatores determinantes que assolam o Projeto Sombra e Água Fresca no período atual potencializam a inadequação de recursos que garantem a efetivação do processo de trabalho com a qualidade, eficácia e eficiência principalmente aqueles relacionados a nova realidade da política de assistência no município, tomadas como condicionantes no processo de intervenção dos Assistente Sociais. Assim o contexto marcado por contradições, cuja a dinâmica envolve mudanças nas correlações de forças inerentes a diferentes atores sociais e em diversos âmbitos de atuação dos profissionais na política de assistência social. Todavia, os recursos materiais e humanos destinados ao Projeto Sombra e Água Fresca são bastante poucos e incapazes de contemplar as necessidades por serem uma instituição terceiro setor, para a execução de programas e serviços, sendo estes fatores determinantes na qualidade de respostas dadas aos usuários.

Quando perguntado acerca das principais demandas apresentadas pela instituição, Respostas profissionais e a Organização do Processo de Trabalho. De acordo com seu cotidiano de trabalho quais são as principais demandas colocadas pela instituição para os assistentes sociais, a profissional respondeu da seguinte forma,

Captação de Recursos;-Intervenção social junto às famílias dos usuários; - Intervenção com os usuários; - Participação em reuniões e em Conselhos; - Visitas Domiciliares; - Encaminhamentos para a rede sócio assistencial e demais políticas públicas; - Estudo de casos; - Elaboração de relatórios para o MP, Conselho Tutelar e demais segmentos; - Acompanhamento dos encaminhamentos enviados; -Palestra acerca da Fundação e seus projetos; (Entrevistada)

Questionado ainda quais são as principais demandas trazidas pelos usuários do Serviço Social na instituição, a profissional respondeu da seguinte forma,

Solicitação de benefícios e programas da Assistência Social; (BPC, Bolsa Família, PAA); - Acompanhamento psicológico; - Orientação e encaminhamentos para a rede sócio assistencial. (Entrevistada)

De acordo com Mota,

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que os determinam. (MOTA, 1998, p.25)

A consolidação do trabalho do assistente social na área da política de assistência pressupõe do mesmo conhecimento adensados que está na Política de Assistência Social está organizada a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como papel principal a garantia de direitos. É necessário compreender as demandas de política de assistência social. Devendo ser entendida como um direito fundamental do ser humano.

A pergunta seguinte se dá acerca do trabalho sozinho e/ou em equipe; e como é organizado o trabalho do assistente social na instituição? Quem define a dinâmica de trabalho,

O trabalho é realizado em equipe. O trabalho é organizado a partir de plano de trabalho profissional, e a partir do cronograma das atividades do projeto, cronograma de visitas e o próprio profissional define sua dinâmica de trabalho e comunica com a coordenadora do projeto, todas as ações desenvolvidas. (Entrevistada)

De acordo com a Resolução do CFESS nº557/2009,

Considerando que o profissional assistente social vem trabalhando em equipe profissional, onde se desenvolve sua atuação, conjuntamente com outros profissionais, buscando compreender o indivíduo na sua dimensão de totalidade e, assim, contribuindo para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social, abrangendo os direitos humanos em sua integralidade, não só a partir da ótica meramente orgânica, mas a partir de todas as necessidades que estão relacionadas à sua qualidade de vida; considerando a crescente inserção do assistente social em espaços sócio-ocupacionais que exige a atuação com profissionais de outras áreas, requerendo uma intervenção multidisciplinar com competência técnica, teórico-metodológica e ético-política. (CFESS nº557/2009)

O Serviço Social no Projeto Sombra e Água Fresca dispões de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar sendo assim é fundamental visar a humanização do atendimento aos usuários, com uma atuação articulada, buscando assim elevar a qualidade e eficácia das respostas dadas, decifrando a realidade imposta e construindo propostas de trabalho criativas, interventiva e inovadora, atuação efetivada através da troca de informações entre saberes que estão envolvidos em um mesmo espaço em prol de um objetivo comum. Esse processo de trabalho traz a valorização e construção de diálogos entre diversos âmbitos de conhecimentos respeitando a autonomia de cada um.

Foi questionado pelas Quais ações você realiza no Sombra e Água Fresca? Participa de Conselhos de direitos, obteve-se a seguinte definição pela profissional,

Implantar no âmbito Institucional, a Política de Atenção a Criança e ao Adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente;• Desenvolver pesquisas junto aos usuários da Fundação, definindo o perfil social desta população, obtendo dados para a implantação

de projetos sociais, interdisciplinares;• Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram a Fundação, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos, orientando acerca de benefícios sociais;• Estender o atendimento social às famílias dos usuários da Fundação, com projetos específicos e formulados a partir de diagnósticos preliminares;• Intensificar a relação instituição / família, objetivando uma ação integrada de parceria na busca de soluções dos problemas que se apresentarem; Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária, integrando e utilizando-se da rede de serviços socioassistenciais e de toda a rede intersetorial; Participar, coordenar e assessorar estudos e discussões de casos com a equipe técnica, relacionados à política de atenção a Criança e ao Adolescente; Realizar visitas, relatórios técnicos relacionados à matéria específica da política de atenção a Criança e ao Adolescente no âmbito da Fundação, quando solicitado; Supervisão de Estágio. (Entrevistada)

De acordo com Iamamoto,

A atuação dos assistentes sociais junto aos conselhos gestores tem se ampliado, com destaque para os conselhos de saúde e de assistência social. Esse fenômeno deve-se, em grande medida, à "inserção privilegiada" do Serviço Social no âmbito das políticas sociais, desenvolvendo, principalmente, um trabalho de alta relevância nas políticas da Segurança Social, em sua execução, planejamento, gestão, monitoramento e avaliação. A "inserção privilegiada" do assistente social junto às políticas de proteção social refere-se à particularidade interventiva do profissional em lidar cotidianamente com as "múltiplas e diversificadas expressões da questão social" (IAMAMOTO, 2010, p. 198).

De acordo com CFESS (2005, p. 46-47), em pesquisa publicada em 2005 sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, destaca-se uma parcela relativamente pequena, mas em crescimento, de profissionais com participação em conselhos (representantes governamentais, representantes dos profissionais, assessores).

Quais os instrumentos e técnicas de trabalho utilizado por você para a realização do seu exercício profissional,

“ - Fichas de visitas domiciliares; - Visitas domiciliares; - Relatórios; - Pareceres; - Avaliação Social; - Estudo de Caso com os CRAS; - Estudo de Caso; - Conselho Tutelar; - Reuniões com a rede intersetorial; - Reuniões com a equipe de trabalho; - Intervenção nos grupos; - Intervenção com a família”. (Entrevistada)

Em sua opinião, estes instrumentos são suficientes para o exercício da prática profissional,

“Sim. Pois tem atendimento de forma significativa as necessidades dos usuários e suas famílias, mas poderá ser criado outros a partir da necessidade dos usuários”. (Entrevistada)

As visitas domiciliares, conforme afirma Mioto (2001, p.148), “têm como objetivo conhecer as condições em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete”.

O desenvolvimento dessas atribuições é realizado de forma a apoiar na garantia de direitos sociais, no atendimento das necessidades das demandas, na efetivação do controle social com a participação intensa da comunidade, nas atividades educativas e na intersectorialidade com os encaminhamentos realizados pelos Assistentes Sociais a outras instituições.

Acerca das frentes de trabalho discorre Guerra,

Na afirmação da sua instrumentalidade, o assistente social acaba por utilizar-se de um repertório técnico operativo comum a outras profissões sociais, porém a intencionalidade posta na utilização do instrumental técnico porta a tendência de propiciar resultados condizentes com a perspectiva para a qual sua ação se direccionou. A maneira como o profissional utiliza os instrumentos e técnicas historicamente reconhecidos na profissão encontra-se referenciada pelas expectativas que sustentam as suas ações. Em outras palavras: o Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conforma um “modo de operar”, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional. (GUERRA, 1999, p. 203)

No Sombra e Água Fresca quais são os principais determinantes externos que influenciam a realização de seu trabalho, a profissional respondeu da seguinte forma,

“Falta de mais profissionais para compor a equipe; - Falta de uma sede própria; - Falta de recursos financeiros para a execução de algumas ações”. (Entrevistada)

O trabalho do Assistente Social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos que fogem ao controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, para a construção de um projeto profissional no cotidiano do mercado de trabalho. Alargar as possibilidades de condução do trabalho, no horizonte desse projeto, exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos.

Quanto ao referencial teórico ético e político que norteia suas ações, a profissional respondeu, “- Código de Ética profissional; -Legislações específicas”;

O Código de Ética Profissional é um valioso instrumento para nortear a atuação do assistente social em qualquer área ou campo sócio ocupacional, buscando sempre, conforme CFESS/CRESS, a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político assumido pela categoria.

Em seu cotidiano institucional, como é para você manter uma postura ética, a profissional respondeu, “A postura ética é uma constante em minha atuação profissional, e não tenho encontrado obstáculos para mantê-la”.

Neste contexto, é pertinente ressaltar que, para Iamamoto,

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele recolhimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo. (IAMAMOTO, 2009)

Como você percebe sua autonomia dentro do Sombra e Água Fresca, “O profissional tem total autonomia para desenvolver seu trabalho”.

Deste modo Iamamoto contextualiza que,

A autonomia profissional, o desenvolvimento do pensamento social crítico e a postulação de que a profissão se insere na divisão sócio técnica do trabalho permitiu o avanço no debate relacionado à condição do assistente social como trabalhador assalariado. Tal condição impõe limites à condução de seu trabalho e, conseqüentemente, à implementação do projeto profissional, confirmando sua relativa autonomia que é condicionada pelas lutas travadas na sociedade entre os diferentes projetos societários, ou seja, tal autonomia pode ser dilatada ou comprimida, dependendo das bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo profissional nas suas ações. (IAMAMOTO, 2000, p.52)

Tal perspectiva pode ser compreendida enquanto uma das particularidades da ação profissional do assistente neste espaço, uma vez que o mesmo possuiu uma sólida base teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, engendradas pela formação profissional e materializadas pela competência técnico-operativa que permeia ação profissional, conferindo-lhe certa autonomia.

Quais os principais limites impostos ao seu exercício profissional no Sombra e Água Fresca, a profissional respondeu da seguinte forma: “Até o momento não tenho encontrado limite, e não me é colocado. Tenho total autonomia”.

Observa-se que as requisições apresentadas aos assistentes sociais são totalmente adversas, o que tem intensificado as exigências postas aos profissionais do setor, mais que isso, tem-se apresentado desafios extremamente complexos no interior dos espaços sócio-institucionais. Diante disso, pode-se identificar que o assistente social enfrenta inúmeros desafios no cotidiano profissional, onde cada vez mais são chamados a dar respostas condizentes com a realidade institucional.

Como é a articulação enquanto entidade do terceiro setor que participa da rede sócio assistencial do Município, para a profissional

“A Entidade tem toda articulação e parceria com a rede sócia assistencial do Município, executando um trabalho de garantia de direitos e emancipação dos usuários da entidade, e com a Prefeitura de Caratinga, através de convênios”. (Entrevistada)

É relevante ser elucidado que situar os aspectos que envolvem, na contemporaneidade, o Serviço Social no âmbito do terceiro setor, se faz de suma

importância, pois tais espaços demandam a intervenção de profissionais que possuem como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social, o trabalho do assistente social no terceiro setor envolve sem dúvida um complexo de questões.

Serra salienta;

Constatamos que os espaços que surgem no terceiro setor se apresentam de forma contraditória ao Serviço Social, pelos interesses de classe que perpassam o surgimento e expansão deste “setor” na sociedade. Contudo, é importante que tais espaços, sejam ocupados por profissionais que busquem através da efetivação de um projeto profissional crítico responder as sequelas da questão social, por meio de ações que visem à emancipação dos sujeitos. (SERRA, 2000, p. 182)

A partir dos dados coletados nesta entrevista, ficou evidente que o olhar abrangente da realidade se constitui como um aspecto marcante na atuação do Assistente Social, além de ter esse olhar abrangente das expressões da questão social, também é considerado como conhecedor e articulador da rede e assim estar intervindo na realidade dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social está inserido na divisão sócio- técnica do trabalho e tem expressões da questão Social como objeto de intervenção. Neste contexto, se legitima nas respostas dadas às necessidades das classes sociais que se expressam como demandas a profissional. Na Política de Assistência Social é um profissional articulador, crítico, interventivo, portador de conhecimentos teóricos e práticos, estando assim capacitado para atuar com questões do cotidiano e demandas sociais que vão além do que é apresentado pelos usuários que necessitam de garantia de direitos.

A Assistente Social atua diretamente na relação entre estrutura, conjuntura e manifestação do cotidiano na vida social, contribui para formação e desenvolvimento da sociedade, auxiliando no intermédio de ampliação de capacidade de análise e intervenção de demandas sociais no âmbito da política de assistência social. Nessa perspectiva, compreender a realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição consubstancial do mesmo

É de suma importância relevar e compreender a atuação do assistente social nesta contextualização eficaz e dinâmica, possibilitando uma melhor compreensão, intervindo e planejando ações par enriquecimento do processo de trabalho desses profissionais.

É nesse contexto que o profissional busca construir no âmbito da política de assistência social um espaço dinâmico, possibilitando intervir, planejar ações e projetos sociais que enriqueçam e aprimorem a qualidade de resposta no decorrer do processo de trabalho dos profissionais.

A prática profissional desenvolvida pelo Assistente Social tem se deparado com cenários intensos e constantes em decorrência da transformação que ocorre no bojo das expressões da questão social desde a efetivação do neoliberalismo, onde o Estado busca minimizar sua responsabilidade na execução das políticas sociais, passando a desenvolvê-las de forma fragmentada e seletiva.

O Assistente Social inserido na proteção da política de assistência tem sua atuação diferenciada com objetivos diversos podendo assim adaptar-se à realidade de demandas que compõem as expressões da questão social presente em âmbitos variados, inclusive na área da assistência.

Tendo em vista o aumento considerável dessas demandas, a prática profissional se configura com um grande desafio, uma vez que para ser compreendida e trabalhar de forma efetiva é necessário que haja uma competência teórico- metodológico, ético-política e técnico operativa possibilitando assim uma leitura clara da dimensão política das relações sociais.

Para a realização da pesquisa apresentada, o principal eixo norteador utilizado fora a caracterização das contribuições do profissional do Serviço Social e os desafios enfrentados na atualidade frente ao processo de apoio da política de assistência social no Projeto Sombra e Água Fresca. Os resultados evidenciaram que as contribuições do Assistente Social são demonstradas através de sua competência em realizar análise abrangentes da realidade, além de possuírem o devido conhecimento referente a rede. Seu olhar abrangente produz capacidade de intervenção e transformação a parti da compreensão ampla da realidade no qual o indivíduo e sua família se encontram inserido. Além de possuir o conhecimento da rede de proteção de direitos sociais o que permite que o mesmo desempenhe um papel agente transformador das relações sociais. Trata-se de um profissional comprometido com os valores e princípios norteadores da ética e, especialmente, com o código de ética do Assistente Social, como conhecimento e capacidade de promover o pleno exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988;

BORRALHO, Ângela Célia Tavares, et. al. O assistente social atuando na área de recursos humanos para melhoria do clima organizacional. In: Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.4 n.4, Pub.3, 2011;

CAMARGO, M. F. de. et al. Gestão do Terceiro Setor no Brasil – Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CASTRO, Manuel Manrique. História do serviço na América latina 8º Ed. São Paulo.

CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CBCISS. Teorização do Serviço Social. Rio de Janeiro: Agir, 1986;

CFESS. Lei Federal nº 3.252 de 27 de agosto de 1957. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252.htm>. Último acesso em 30 de agosto de 2016;

_____. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências;

_____. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94;

_____. LOAS (1993). Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999;

_____. Resolução CFES nº 493, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social;

_____. Resolução CFESS nº 557, de 15 de dezembro de 2009;

CNAS - Conselho Nacional De Assistência Social – Resolução Nº 130, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. Cadernos ABESS: nº4. São Paulo: Cortez, 1991.

DANTAS, J.L. A Teoria Metodológica do Serviço Social: Uma Abordagem Sistemática. Debates Sociais CBCISS, Supl. Rio de Janeiro: Paris, 1970.

D.J.E.S.S. MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL. Blog Jul/2008. Disponível em: <http://servicosocialss.blogspot.com.br/>. Acesso em 09 de setembro de 2017.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. O que é Serviço Social – 6ª ed. – São Paulo: Brasiliense. 1985.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994;

_____, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999;

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999;

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998;

_____, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Serviço Social e Saúde. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. 1999;

_____, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000;

_____, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001;

_____, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2002;

_____, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15. ed. – São Paulo: Cortez/CELATS, 2003;

_____, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004;

_____, Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. – 18ª Ed. – São Paulo, Cortez; (Lima, Peru) CELATS. 2005;

_____, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15. ed. – São Paulo: Cortez/CELATS, 2009;

IBGE. Perfil e Informações estatísticas. Caratinga, 2013. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=311340>>. Último acesso em 01 de dezembro de 2017

KONOPKA, Gisela. Serviço Social de grupo: um processo de ajuda. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995;

Lei Federal nº 1.605 de 1995. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1605.htm>. Último acesso em 02 de setembro de 2017.

Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Último acesso em 02 de novembro de 2017.

Lei Federal nº 12.435 de julho de 2011 Disponível em <<http://servicosocialecidadania.blogspot.com.br/2012/12/lei-n-12435-de-6-de-julho-de-2011.html>>. Último acesso em 26 de novembro de 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e alienação. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007;

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. ISBN 85-249-0691-6;

MIOTO, Regina Célia Tamasso. A perícia social: proposta de um percurso operativo. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2001;

_____, Regina Célia Tamasso. Cuidados sociais dirigidos à famílias e segmentos sociais vulneráveis. Centro de Educação, aberta, continuada a distância. Brasília-DF, 2000;

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. (org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998; 215;

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992;

_____, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social. CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. Brasília, 1999;

_____, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, Serviço Social e Saúde, Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001;

_____, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 7ed. São Paulo Cortez, 2004;

_____, José Paulo. O movimento de reconceituação; 40 anos depois. In Revista Serviço Social e sociedade nº 84- Ano XXVI São Paulo Cortez,2005.

_____, José Paulo. Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço social no Brasil pós – 64 8ed. São Paulo: Cortez,2005.

ORTIZ, F. G. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

Ozanira, Maria. O serviço social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura 4. Ed. são Paulo Cortez: ,2007

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. et al. (orgs.) Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-42.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

RAICHELIS, Raquel. O Trabalho do Assistente Social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS. Direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/Abepss, 2010.

RIBAS, Sibebe. O exercício Profissional e os desafios postos ao Serviço Social- 2009 p. 2.

SALAMON, Lester e ANHEIER, Helmut. In search of the nonprofit sector I: the question of definitions. Voluntas, V.3 N. 2, 1992.

SANTOS, P. R. P. dos BEHRING, E. R., BOSCHET, I., & Ribeiro, L. (2013). Política Social: Fundamentos e História. Revista ORG & DEMO,14(2).

SEGUNDO, Moacir. As formas de enfrentamento da questão social: Nas décadas de 30 e 40. Revista Online 2008. Disponível em: <https://nusocial.wordpress.com/2008/06/20/as-formas-de-enfrentamento-da-questao-socialnas-decadas-de-30-e-40/>. Acesso em 09 de setembro de 2017.

SERRA, Rose M. S. Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Formação Profissional do Assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009;

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estudo e evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 1977;

_____, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004;

APÊNDICE

Entrevista com a Assistentes Sociais do Projeto Sombra e Água Fresca Da Fundação Metodista De Ação Cultural E Social do Município de Caratinga-MG

1 - IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____

Local de trabalho: _____

2 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Instituição de Ensino em que se formou: _____

Ano em que se formou: _____

Formação Continuada: _____

Pós-Graduação

Mestrado

Doutorado

Cursos de capacitação: _____

3 - DETERMINAÇÕES CONTRATUAIS

Tempo de atuação como Assistente Social: _____

Tempo de atuação na área de Assistência Social: _____

Tempo de Atuação no Sombra e Água Fresca: _____

Tipo de contrato de trabalho: _____

Contratada

Concursada

Carga Horária de Trabalho: _____

Tem outro vínculo empregatício? _____

Como é o seu local de trabalho? _____

Garante sigilo? _____

Quais os recursos materiais e humanos utilizados na sua atuação profissional no Projeto Sombra e Água Fresca?

4 – PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA SOMBRA E AGUA FRESCA DE CARATINGA

a) De acordo com seu cotidiano de trabalho quais são as principais demandas colocadas pela instituição para os assistentes sociais?

b) Quais as principais demandas trazidas pelos usuários ao Serviço Social na instituição?

c) Você trabalha sozinho ou em equipe? Como é organizado o trabalho do assistente social na instituição? Quem define a dinâmica de trabalho?

d) Quais ações você realiza no Sombra e Água Fresca? Participa de Conselhos de direitos?

e) Quais os instrumentos e técnicas de trabalho utilizado por você para a realização do seu exercício profissional?

f) Na sua opinião, estes instrumentos são o suficientes para o exercício da prática profissional? Por que?

g) No Sombra e Água Fresca quais são os principais determinantes externos que influenciam a realização de seu trabalho?

h) Qual o referencial teórico ético e político que norteia suas ações?

i) No seu cotidiano institucional, como é para você manter uma postura ética?

j) Como você percebe sua autonomia dentro do Sombra e Água Fresca?

k) Quais os principais limites impostos ao seu exercício profissional no Sombra e Água Fresca?

l) Diante dos limites impostos quais as possibilidades que você encontra para realizar seu trabalho nesta instituição?

m) Como é a articulação enquanto entidade do terceiro setor que participa da rede socioassistencial do Município?
